

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: DESAFIOS, LUTA E RESISTÊNCIAS CAMPONESA

Ludmila Coelho Souza¹

Odair Ledo Neves²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir sobre os desafios, trajetória e a desvalorização da Educação do Campo. Para tanto, optamos por uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa exploratória do tipo bibliográfica. Subsidiados a partir dos seguintes teóricos: Arroyo (2004), Caldart (2004/2002), Freire (1979), Molina (2004/2011/2015), Oliveira (2010), Souza (2001/2008/2014), dentre outros. A Educação do Campo tem ganhando espaço nos últimos tempos e ao se tratar dessa educação deve-se lembrar de que surgiu a partir das lutas de homens e mulheres que buscaram mudar a sua realidade social, econômica e política, que tem grande importância para os sujeitos que vivem no campo. Reconhecer quem são e suas necessidades é um ponto primordial para esse povo, começando pela valorização e respeito como seus conhecimentos, cultura e memória. Essa educação deve ter por finalidade proporcionar a população trabalhadora do campo um ensino de qualidade, políticas públicas voltadas à valorização não só do contexto do campo, mas também de todos aqueles que vivem nele.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Políticas Públicas. Exclusão

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é um projeto que visa a todos os sujeitos do campo, resultado das lutas dos movimentos sociais com o objetivo de refletir os anseios e corresponder às necessidades dos sujeitos que vivem e precisam de uma educação que trabalhe os modos de vidas, culturas, crenças, e principalmente, e a identidade dos povos do campo. Para Caldart (2004) a Educação do Campo pode ser compreendida como fenômeno social constituído por aspectos culturais, políticos e econômicos. Nesse sentido percebe-se que os processos educacionais do campo necessitam estar de acordo à realidade dos sujeitos que o integram, ou seja, de acordo à realidade dos estudantes e serem significativas para eles.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia (FACITE).

² Mestre em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia (FACITE), professor da rede municipal de ensino de Serra do Ramalho – BA.

A Educação do Campo desde o início teve um caráter excludente nunca foi vista ou até mesmo tratada como prioridade, mas sim como última opção sem nenhuma relevância para a comunidade do campo. Essa situação de exclusão mostra que não é qualquer trato público que garantirá o direito a educação de qualidade para os camponeses, historicamente a educação rural ficou paralisada e reduzida ao ensino mais primário (ARROYO, 2004).

O estudo proposto neste artigo traz como relevância social a necessidade de uma educação pensada a partir da população do/no campo valorizando os sujeitos, seu contexto, cultura, identidade, saberes, prática e memória. É importante saber todo o processo histórico do povo do campo que até hoje luta por igualdade, a construção de uma educação que corresponda à população trabalhadora e os movimentos sociais.

Compreendendo a complexidade e relevância da Educação do Campo essa modalidade busca o direito de todos a educação no e do campo no qual os educadores se encontram assim como os alunos sujeitos em construção. Enfim, o estudo conclui que no contexto da Educação do Campo há diversos desafios que precisam ser superados, pois os moradores do campo necessitam de educação de qualidade com política de valorização docente que trabalhe o campo como lugar de vida, de diversidade, de produções, de culturas e toda a diversidade existente no campo.

2 ASPECTOS HISTÓRICO E A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO/ NO CAMPO

A Educação do Campo pode ser conceituada como uma educação voltada às necessidades e totalidades dos sujeitos que residem no campo, de maneira que considere seus aspectos econômicos, sociais, históricos e culturais. Na contemporaneidade a Educação do Campo ainda se configura um fenômeno em construção, de acordo Caldart (2012) como práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. Nessa perspectiva, as comunidades do campo necessitam de políticas públicas direcionadas a eles para garantir a sua permanência no ambiente em que vive.

A educação no Brasil desde o início teve um caráter seletivo e excludente, mesmo a população brasileira sendo por muito tempo predominantemente rural nunca foi cogitado uma Educação do Campo.

Enquanto a Educação do Campo surge sob novo paradigma na busca de valores e características do povo do campo, do outro lado se encontra a Educação Rural um projeto com um contexto contrário aos sujeitos do campo na qual se caracteriza a concepção e valores urbanos, visando ao fortalecimento no latifúndio e no agronegócio causando fortes impactos ao campo favorecendo a migração.

[...] enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.63).

A partir do momento em que a Educação Rural não ver o campo como espaço de vida e desenvolvimento ela causa a destruição, pois nega o direito a terra, que é trabalho, vida e dignidade; que é educação (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004).

A educação do campo passou por toda uma trajetória histórica fundamental para seu desenvolvimento, mesmo que nunca foi vista como prioridade em nosso país. No período colonial a ideia de educação era para alfabetizar os filhos dos europeus que eram instruídos pelos jesuítas assim implantando a cultura europeia aos nativos brasileiros e os mesmos eram apenas catequizados. Para os povos indígenas, uma educação dominadora, para os filhos dos portugueses uma educação que desenvolvesse sua aprendizagem baseada na cultura (MARINHO 2008).

Assim, após a colonização, no Brasil foi implantado A Companhia de Jesus na qual prevaleceu até 1759, a única maneira de educação que existia, seus ensinamentos eram de caráter próprio, disciplinador e dogmático, a forma de educar e ao modo de pensar a organização do processo educacional como um todo, sustentada na hierarquia baseada no tradicionalismo como era concebido pela igreja. Isso não podia ser de outra forma, pois como afirma Paiva (2012, p.137) no século XVI, o pensar era fundamentalmente religioso. Logo após, as aulas régias determinadas pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, levando ao afastamento dos jesuítas das práticas educacionais (VAZ, 2010).

Desde esse período não havia a valorização para com os profissionais de educação eram nomeados pelas autoridades de cada região, as aulas não articulavam uma com as outras, eram avulsas, falta de condições básicas e o não reconhecimento social por mais que o nível de responsabilidade fosse muito alto, além disso, eles sofreram uma das problemáticas da educação



os baixos salários. Na época, muitos professores não permaneceram nos cargos em função destes baixos salários (VAZ, 2010).

Os índios, mulheres e negros não tiveram direito à educação um exemplo disso é que educação no campo dependia dos donos da terra, elite fundiária, assim a educação no campo refletia o interesse dessa elite, causando uma exclusão social.

Em 1933 iniciou a alfabetização no campo que não foi para todos, porém em 1935 houve o 1º Congresso Nacional de Ensino Regional que levou a fundação da Sociedade Brasileira de Ensino Rural numa visão de que o espaço agrário era apenas um espaço de produção, ou seja, uma educação sem pensar a cultura peculiar e as riquezas que o campo oferece. Mas só em 1937, com o Estado Novo que aumentou as inquietações sobre a educação no campo. No Estado Novo, sobretudo com Vargas, a educação se assumiu como um aparelho ideológico forte, se colocando a serviços e interesses do imperialismo (SOUZA, 2014).

Em 1934 os moradores do campo saíram para trabalhar nas cidades, esse movimento migratório levando a grande preocupação da elite deu origem ao Projeto Ruralismo Pedagógico, uma prática criada para fixar o povo no campo e conter o êxodo rural instituindo um ideal de escola normal. “Prepara-se assim, pela educação, o reativo contra o êxodo histórico fixando o indivíduo no campo, ensinando-lhe a arrancar da terra o seu sustento e a riqueza do nordeste futuro” (SOUZA, 1934). Desse modo mais uma vez a educação rural surge para corresponder aos interesses de oligarquia e não as necessidades da população do campo e muito menos ao reconhecimento desses sujeitos.

As políticas agrícolas eram para atender pouca parte da população e a educação era refletida para população urbana para filhos dos grupos dominantes os oligárquicos, dessa forma a população rural sofreram ainda mais golpes, sendo visto como analfabetos. Em 1960 surgiu a necessidade da mão de obra qualificada que era o papel de educação (DELGADO, 2001).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização surgiu em 1967 tendo como propósito arrancar pela raiz o analfabetismo tanto da população da cidade quanto da população do campo. Houve também o EDURURAL em 1980 com o mesmo propósito do MOBREAL. O programa era restrito ao meio rural nordestino com a justificativa de que se encontrava no processo de marginalização cultural tendo como proposta uma mudança significativa no meio educacional (SOUZA, 2001), mas não alcançaram o propósito.

Nota-se que mesmo com o início da estabilização para escolas no campo a população migrava para cidade e algumas escolas acabaram fechando por falta de alunos, levando assim



a vários movimentos e mobilizações tendo como principal o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), um dos mais importantes movimentos sociais existente no Brasil, seus principais objetivos são as questões dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, à luta pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa. O MST registra com muito orgulho muitas crianças e adolescentes que estão estudando em escolas conquistadas em suas áreas de assentamentos e acampamentos. No entanto o MST também pode ser compreendido como lugar de formação do sujeito Social Sem Terra, sendo grande influência as discussões sobre educação do campo para atender às necessidades da população trabalhadora. Sem dúvidas as suas ações marcaram e transformaram a vida de muitos camponeses que o capitalismo já tinha como excluído permanentemente (CALDART, 2001).

Na trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) apresenta-se também a luta por escola e por uma educação que faça sentido na vida dos camponeses. “No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra” (CALDART, 2003, p. 62). Desse modo percebe-se que o MST estava na luta por uma educação específica aos seus valores e seus objetivos sociais envolvendo a realidade de cada sujeito. Além da luta pelo direito a escola houve também outras dimensões como a formação de educadores/as e a incorporação da escola que preza a formação crítica dos sujeitos do campo vinculada ao aspecto político na dinâmica dos sem-terra.

A modernização agrícola trouxe muitas mudanças para o campo que foi relevante para se repensar a educação rural, contudo na década de 1990 a emergência dos movimentos sociais levou a inúmeras contribuições, avanços na luta pela elaboração de um projeto de Educação do Campo que venerasse a sua multiplicidade. Em 1996 surgiram as primeiras discussões sobre a Educação do Campo, porém apenas em 2008, foi constituída como política pública. Com os movimentos socioterritoriais, em específico, o MST que impulsionou um novo olhar para a Educação do Campo voltada aos anseios da população do campo. Um movimento que ultrapassa a luta pela terra, incorporando as discussões sobre o futuro das crianças acampadas (SOUZA, 2007).

Na proposta da Educação do Campo há uma discussão entre agronegócio e campesinato e os diferentes modelos de desenvolvimento para o campo. Nesse sentido, a Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da

Reforma Agrária. Essa questão agrária situa-se ligada à ideia de uma educação voltada ao Campo, uma vez que a exploração do agronegócio acerca do campesinato atinge a direção de uma Educação para os camponeses. A não reforma agrária provoca a exclusão na ideia de uma educação pensada aos camponeses (MOLINA, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9.394/96 dedica os artigos 23, 26 e 28 exclusivamente a Educação do Campo, assegurando os seguintes: a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural; flexibilizar a organização escolar, com adequação do calendário escolar, na qual pela primeira vez o tema Educação do Campo apareceu na constituição. Em 1997 acontece o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) que não esteve de forma isolada da questão agrária já que participaram assentados, acampados e educadores na luta por uma Educação do Campo, como afirma Molina (2003, p.49).

No ENERA participaram cerca de 700 pessoas, sendo assentados e acampados, educadores a maioria, representantes de universidades e de instituições que apoiam o Movimento ou com ele têm parceria. O eixo de reflexão do ENERA eram problemas econômicos, sociais e educacionais de acampamentos/ assentamentos. Analisou-se da educação infantil à educação de jovens e adultos. As principais conclusões mostraram que apesar do descaso e do abandono do governo federal, efervesciam experiências, frutos de concepções pedagógicas desenvolvidas na luta pela Reforma Agrária pelos militantes do MST.

O Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é fruto das discussões desenvolvidas pelo (ENERA) que tem sido o principal programa destinado às parcerias de educação da reforma agrária, como os projetos de formação inicial como Pedagogia da Terra e a Licenciatura em Educação do Campo apresentando-se uma vitória na luta dos povos camponeses (SOUZA, 2007).

No entanto a luta e discussões pela Educação do Campo se apresentam cada vez mais intensas. Em 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA) uma política pública de educação tendo como objetivo fomentar o território rural como forma de vida em suas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas (INCRA, 2004).

Por meio de um novo decreto em 2010, n.º 7.352 a Educação do Campo é reconhecida como uma política pública em que se reconhece a população do campo em sua diversidade, agricultores, extrativistas, familiares, os ribeirinhos, os pescadores, os assentados entre outros

(CALDART, 2002). As políticas públicas conquistadas por meio de lutas dos movimentos sociais são excepcionais para constituir a Educação do Campo (CALDART, 2002).

A Educação do Campo vem sendo trabalhada pelos movimentos sociais assegurando o direito à educação e a superação das condições precárias de vida de toda a população camponesa no qual inaugura duas frentes do debate educacional brasileiro (Souza, 2008, p.1091).

1) constrói uma noção de educação pública pautada nos interesses da sociedade civil organizada, em contraponto à educação pública estatal que historicamente marca a gestão e a prática pedagógica no Brasil. 2) possibilita o debate acerca da prática pedagógica nas escolas do campo, expressando as divergências políticas entre a concepção de educação rural pautada na política pública estatal e a concepção de campo pautada no debate empreendido pelos movimentos sociais de trabalhadores.

Segundo o autor percebe-se que a Educação do Campo aduz diversidade no que se refere à prática educativa em sala de aula e a gestão escolar, em processo de indagação quanto à prática desenvolvida nas escolas do campo. É importante ressaltar também que a academia vem apresentando-se aos poucos o interesse pela prática desenvolvida pelos movimentos sociais do campo (SOUZA, 2008).

3 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ESCOLAS DO CAMPO

A educação do campo é um modo de educação que ocorre no espaço do campo para os camponeses. Essa educação vem estando arduamente construídas pelos movimentos sociais com o objetivo de refletir os anseios dos sujeitos que vivem e precisam de uma educação voltada a eles valorizando o seu modo de vida, cultura, crenças e principalmente sua identidade. O movimento por uma educação do campo vincula a luta por educação com o conjunto das lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo, como afirma Caldart (2004):

Um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2004, p.149).

É primordial ressaltar que essas lutas sociais foram à maneira encontrada pelos povos do campo para protestar o sentimento de descaso e a falta de políticas para o campo, pois eles sofriam desvalorização.

Um fato intrigante dessa realidade é que os projetos de educação no campo nunca valorizaram a cultura desses sujeitos, nem seus saberes e práticas, mas sim reforçaram a exclusão. Os camponeses não satisfeitos com a desigualdade e desvalorização para com eles enfrentaram o agronegócio por meio dos movimentos sociais como ocupações de terras e proposta de produção camponesa para atender a necessidade da população do campo surgindo assim o debate entre agronegócio e campesinato, pois seus pontos de vista são diferentes para o desenvolvimento do campo. Segundo Molina (2015, p.381):

[...] Mas as brutais diferenças sociais; ambientais; culturais; políticas e econômicas, entre estas duas lógicas de organizar a agricultura: a lógica do agronegócio e a lógica da agricultura familiar camponesa não estão suficientemente claras para o conjunto da sociedade - muitas vezes, não estão claras nem nos próprios assentamentos e nas escolas do campo, pois assim como o conjunto da sociedade, estes territórios têm sido objeto de intensa disputa ideológica. Falar de Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida.

A questão agrária está profundamente conectada a ideia da Educação do Campo e para abonar a Educação do Campo é fundamental a garantia à estadia desses sujeitos nos espaços onde vivem, porém há discordância causada pelo agronegócio excluem qualquer ideia de educação para os camponeses. A autora afirma ainda que essa educação do campo não deve ser entendida somente no sentido de educação escolar.

Fazer essa redução é extremamente grave porque tira a dimensão do conflito, da luta de classes, reduzindo-a aos processos de ensino aprendizagem que ocorrem no ambiente escolar. Estes processos são importantes e é necessário incidir sobre eles, pois ao fazer isso, também incidimos sobre como vai se constituindo a leitura de mundo dos educandos - apesar de ser muito mais que isso o desafio e a tarefa da Educação do Campo (MOLINA, 2015, p.382).

Nota-se que então não se pode fazer essa redução por que tira a proporção do conflito e que os mesmos são fundamentais para assim fazer com que os educandos vão estabelecendo a leitura de mundo. Na Educação do Campo percebe-se cada vez mais a necessidade dos movimentos socioterritoriais, pois o estado reconhece que as escolas do campo são as que se encontram no campo e o próprio ainda não reconheceu os sujeitos do campo. De acordo Molina *et al* (2004, p. 40)

Neste vazio deixado pelo Estado têm surgido algumas iniciativas próprias da população, através de suas organizações e movimentos sociais, no sentido de reagir ao processo de exclusão, forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, tentar construir uma identidade própria das escolas do campo.

Esses movimentos fazem parte das lutas sociais como modo de protestar o sentimento de descaso dos camponeses e camponesas que sofrem há muito tempo a exclusão e falta de políticas públicas direcionadas a eles e ao reconhecimento de sua identidade campesina. Além da ausência do Estado na oferta da educação escolar, a ação dos educadores nas insuficientes e precárias escolas existentes no meio rural contribui para estigmatizar crianças, jovens e todos os sujeitos do campo (FREITAS, MOLINA, 2011).

Até hoje vemos que as escolas do campo adotam as mesmas políticas pedagógicas das escolas urbanas tendo muitas diferenças e um público totalmente diferente. Outro ponto que destaca essa educação no campo é que o direito a educação no e do campo está sendo assegurado a população trabalhadora.

Os povos do campo lutam para construção do direito à Educação do Campo e alguns pontos muito marcantes na história bem como o silenciamento e desinteresse nas pesquisas sociais e educacionais sobre o meio rural. Nesse sentido, o movimento *Por uma educação do campo* surgiu romper com esse latente sofrido pela população campesina com processos educacionais para o fortalecimento dos princípios, valores e modos de ser e viver de cada sujeito. Nos últimos 20 anos toda sociedade viu que teve mudanças aos poucos o campo está sendo revestidos os campesinos estão se manifestando mostrando que estão vivos. Segundo Arroyo (2004, p.73):

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito a terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, a saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos.

Seguindo o pensamento de Arroyo (2004), o campo é sim lugar de vida e, sobretudo de educação. E essa visão de campo apenas como lugar de produção agropecuária e agroindustrial deve ser mudada, pois a população do campo como todas as outras deve ser valorizada.

A Educação do Campo passa por problemas que prejudicam de forma direta a aprendizagem dos alunos e o desenvolvimento das escolas, dos quais podemos citar: falta de política pública, falta de recursos pedagógico adequado e financeiros, falta de escolas próximas

ao local em que moram, ausência de infraestrutura básica, a ausência de capacitação específica de professores especializados para o contexto do campo e a garantia da efetividade no processo de ensino aprendizagem (INEP, 2006).

De acordo com a LDB n.º 9394/96, Art. 28, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região (BRASIL, 1996). O sistema de ensino deve ser adequado às necessidades dos sujeitos do campo, realidade que está muito longe da vida dos sujeitos do campo. Além da falta de políticas públicas para o campo, falta preparação docente que se tornou fundamental e é preciso um investimento nessa formação para professores que trabalham no campo, pois as escolas do campo devem estar comprometidas com a necessidade de todos os educandos respeitando a cultura de cada sujeito. De acordo Oliveira (2010, p. 65):

Entre as transformações fundamentais para a concepção da escola do campo, encontra-se a formação dos educadores, principais agentes deste processo, mas que, muitas vezes, são desvalorizados no trabalho que exercem, e cuja atuação no meio rural é colocada como penalização e não como opção. A não viabilização para a qualificação profissional destes professores diminui sua auto-estima [*sic*] e sua confiança no futuro, o que os coloca numa condição de vítimas provocadoras de novas vítimas, na medida em que realizam um trabalho desinteressado, desqualificado e desmotivado.

Percebe-se que o autor salienta a importância da transformação da realidade do quadro dos profissionais que atuam na zona rural, trazendo o estabelecimento de uma educação para o campo e o perfil de tais profissionais. Na percepção do autor faz-se necessário uma formação adequada para profissionais que atuam no espaço do campo e que a qualificação da prática dos mesmos seja voltada para a realidade em que se encontram os discentes. A formação continuada deve ser levada em conta como objeto fundamental para compreender a realidade e contribuir para formação de uma consciência política social.

A Educação do Campo é muito relevante para os sujeitos que vive no campo, ela deve favorecer a construção da valorização de ser do campo onde os camponeses possam sentir orgulho de ser o que realmente é sem medo e sem vergonha de suas raízes e cultura, isto é, ter orgulho de pertencer ao campo. Para Caldart (2004, p. 175):

A escola do campo tem que ser um lugar onde crianças e jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino. Dessa feita é necessário trazer para dentro das escolas as matrizes pedagógicas combinando estudo com trabalho, cultura e organização coletiva para transformar o mundo.

No entanto, quando a educação funciona de acordo com a realidade dos sujeitos do campo, a aprendizagem e desenvolvimento tornam-se significante para eles e para todo o contexto em que se encontra, pois, uma escola do campo significa estudar para viver no campo, e assim reverter à lógica de que se estuda para sair do campo, para que não haja um depoimento como esse “foi na escola onde pela primeira vez senti vergonha de ser da roça” (CALDART, 2002, p. 24). Outro fator importante, também um desafio, é a alfabetização das crianças que moram no campo, pois há uma fragilidade, a exemplo: ausência de docentes com formação para lidar com tais situações. “Não há como ser sujeito de um processo como este sem uma formação diferenciada e permanentemente. É preciso aprender a refletir sobre a prática, continuar estudando, é preciso se desafiar a escrever sobre o processo, teoriza-lo” (CALDART, 2011, p.125).

A alfabetização das crianças que vivem no espaço do campo muitas das vezes é precária ao falar da alfabetização é importante destacar que é um processo de compreensão e expressão de significados no qual pode ser compreendida como um processo mais amplo que tem uma consideração significativa no processo de escolarização (SOARES, 2010). A alfabetização deve acontecer pelo próprio aluno de dentro para fora onde o educador se encontra responsável e mediador nesse processo, como afirma Freire (1979, p.72):

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumento também no educando e não só do educador.

Seguindo a linha de pensamento de Freire (1979), o educador deve primeiro ouvir os educandos para elaborar suas aulas, apresentar métodos que dialogam com os alunos, trazendo sentido a realidade deles, abordando diferentes temas para os educandos descobrir por si só quais os temas chamam mais a atenção já que cada um tem uma realidade diferente do outro. É essencial que o educador esteja preparado para interagir no ambiente que está inserido, que permita aos alunos interação uns com os outros dando espaço para que todos participem expressando ideias e sugestões, suas experiências e dificuldades e acima de tudo ser respeitados, seus conhecimentos e o diálogo são indispensáveis na construção de novos conhecimentos de cada um desses sujeitos.

Ao falar da construção de novos conhecimentos, precisa da participação da comunidade na escola esse também é visto como um desafio, pois há um distanciamento entre escola e comunidade, pois a parceria é indispensável para a aprendizagem dos alunos e o desenvolvimento da escola, uma vez que é preciso dialogar sobre os problemas da realidade dentro do contexto. Esse desenvolvimento depende também do Projeto Político Pedagógico, pois é através dele que a escola organiza o currículo a ser trabalhado. O PPP da escola deve refletir a função social, como afirma Souza (2008):

O projeto político pedagógico da escola do campo implica partir da realidade e de uma concepção de educação dialética. Por isso a elaboração e a implementação devem ser coletivas e discutidas. Nesse sentido, o PPP deve levar em conta as experiências educativas dos movimentos sociais do campo e superar a dicotomia entre escola rural e escola urbana. Para tanto é preciso buscar a visão de totalidade e igualdade social e de respeito às diversidades culturais para que o campo seja uma opção de vida, de trabalho, de desenvolvimento social, de cultura constituída por meios de políticas públicas e de cidadãos sujeitos de direitos (SOUZA *et al.*, 2008, p. 28).

A construção do PPP da escola do campo parte da realidade do contexto do campo e não urbano deve ser coletivo por meio do diálogo, respeitando as experiências educativas, o conhecimento e a necessidade de cada sujeito ter deferência às multiplicidades culturais, valorizar a história, identidade e memória do agricultor e de todos que vivem no campo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do Campo teve uma história muito tensa e desvalorizada desde o início sofreu com a exclusão na qual ninguém teve interesse nem mesmo o estado ao se tratar de adultos, jovens, crianças, pobres, negras oprimidas e excluídas. Esses sujeitos sofreram e ainda sofrem com o preconceito e o esquecimento, pois eles não são vistos como ser que constrói e fazem sua existência e nem mesmo que o campo é um espaço de diferentes sujeitos e culturas. Infelizmente parte da sociedade vê a população camponesa como incapazes analfabetos e defasados essa discriminação atrapalha a busca por trabalhos.

Todavia ao se tratar da Educação do Campo nos deparamos com vários desafios já que os alunos do campo necessitam de uma aprendizagem que condiz com sua realidade, porém lamentavelmente essas necessidades não são ouvidas nem mesmo correspondidas. Os sujeitos do campo são esquecidos por quase toda a sociedade e passou muito tempo sem espaços nas

pesquisas das universidades, porém nas últimas décadas teve avanços nos espaços de pesquisas os olhares estão chegando, sua história está sendo contada aos poucos a população do campo irá tomar seu espaço e ser vista como deve ser e principalmente reconhecida verdadeiramente de fato como são.

Por isso faz-se necessário construir uma metodologia que conta dos aspectos conveniente à esfera rural, dando destaque às peculiaridades próprias de cada realidade, a articulação e integração entre escola e comunidade estabelecendo vínculos desse modo a obter melhorias para os sujeitos do campo, desenvolvendo maneiras ou metodologias de trabalho, com propósito da qualificação das condutas fundamentais para uma maior compreensão entre a população do campo e da cidade que são realidades totalmente diferentes e que a educação para cada uma será diferenciada também cada qual com suas necessidades.

No entanto a educação para esses alunos precisa de fato atender às necessidades, ou seja, precisa ser diferenciada voltada para o campo, a fim de que o aluno conheça a realidade e aprender a partir dela, construir referências culturais, políticas e interposições dos sujeitos na sua realidade. Sendo assim essa população necessita de um currículo diferenciado, que trabalhe a cultura do povo do campo para uma vida melhor e sobrevivência dos mesmos.

As comunidades do campo necessitam de políticas públicas direcionadas a eles para garantir a sua permanência no ambiente que vive. Finalmente, a Educação do Campo precisa urgentemente de mudanças, reconhecimento e respeito por meio de um projeto que valorize a identidade cultural e o trabalhador do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel. Por um Tratamento Público da Educação do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica no campo**: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. V. 5. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº9394/1996 artigo 28.

CALDART, Roseli Salete; **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vozes, 2001.

CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar Jorge (orgs).

Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **A Escola do Campo em movimento**. In: Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ:vozes, 2004.

CALDART, Roseli. S e MOLINA. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In ARROYO, Miguel Gonzáles, CALDART, R. S e MOLINA, Monica Castagna (Organizadores). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DELGADO, G. C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Estudos Avançados. USP, v.15, n.43, p. 157-172, set/dez, 2001.

FERNANDES, N. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação básica do Campo”**. (Texto introdutório). In: M. G. Arroyo; R. S. Caldart e M. C. Molina (Org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**: Manual de Operações. Brasília, 2004.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – **INEP**. Vários censos. 2006.

MARINHO, R. E. **Um olhar sobre a educação rural brasileira**. Brasília: (Universia, 2008).

MOLINA, Monica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. 2003. Tese. (Doutorado em desenvolvimento sustentável). Centro de desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu (Orgs). **Educação do Campo**. Em aberto Brasília, V, 24.n.85, abr. 2011.

MOLINA, M. C. **Educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas.** Viçosa: Educação e perspectiva, v.6, n.2, p. 378-400, jul/dez, 2015.

OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de Aranha; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque. **Panorama da Educação do Campo.** In: MUNARIM, Antônio, 2010.

PAIVA, J. M. de. **Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII** Maringá: Eduem, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 6º ed. São Paulo: contexto 2010.

SOUZA, J.M. **Por uma escola melhor.** 6º congresso nacional de educação. Fortaleza-Ceará: imprensa oficial, 1934.

SOUZA, J. N. de. **EDURUAL/NE e a proposta pedagógica adaptada ao meio rural: a teoria se confirma da prática?** São Paulo: Tese (doutorado). 2001.

SOUZA, M.A. **A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. set./dez. 2007.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica.** Ed. Soc., Campinas, Vol. 29, n.105, p. 1089-1111, set./dez./2008.

SOUZA, M. M. de. **Imperialismo e educação do campo.** Araraquara: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VAZ, F. A. B. **História da educação e da escola brasileira: uma peça “encenada” em um “cenário político – econômico nacional”?** IX Jornada de HISTEDBR, Pará, 2010.